

COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

FOTOJORNALISMO PARA DEFICIENTES VISUAIS E AUTISTAS: ENSINO, METODOLOGIAS E PRÁTICAS INCLUSIVAS

Thâmara Sampaio Vasconcelos Vilela¹; prof.thamaravilela@gmail.com

Mário Braz Manzi Muniz²; mariomanzi.press@gmail.com (coautor)

Lisbeth Oliveira³; lisbeth@ufg.br (coautora)

Ângela Teixeira de Moraes⁴; atmoraes@ufg.br (coautora)

RESUMO

Este artigo aborda o ensino de Fotojornalismo, vinculado a um projeto de extensão, no curso de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG). O objetivo é o de descrever as estratégias pedagógicas implementadas para atender às necessidades de alunos com deficiência visual ou autismo. A questão norteadora é: “como transformar as aulas de Fotojornalismo nos ambientes mais inclusivos, agradáveis e participativos possíveis?”. As estratégias adotadas foram: a) descrição de imagens; b) materiais textuais adaptados; c) fotografia às cegas; d) uso de dispositivos sonoros; e) exibição de filmes; f) diário de emoções. Os resultados demonstraram a necessidade de adaptações no plano de ensino, materiais e apresentações orais, bem como a formação de um ambiente seguro, inclusivo, participativo e ético aos envolvidos. Com isso, pretende-se contribuir para o desenvolvimento de práticas alinhadas aos preceitos de Educação Inclusiva, Direitos Humanos e Cidadania.

PALAVRAS-CHAVE

Fotojornalismo. Metodologias. Educação Inclusiva. Cidadania. PcD.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é reconhecido internacionalmente por sua atuação no campo dos Direitos Humanos e na defesa de valores como dignidade e combate à discriminação (Brasil, 2007,

¹ Mestra em Psicologia Social (UnB). Ex-Professora substituta na FIC-UFG, cursos Jornalismo e Relações Públicas. Doutoranda em Comunicação, estágio-docência em Fotojornalismo, Bolsista CAPES (UFG).

² Mestre em Antropologia Social pela Faculdade de Ciências Sociais da UFG (FCS-UFG). Professor substituto do curso de Jornalismo da UFG.

³ Doutora em Mídias e Comunicações pela Alpen-Adria Universität Klagenfurt. Pós-doutoranda em Comunicação e Agroecologia no Institute of Social Ecology (SEC) - University of Natural Resources and Life Sciences (BOKU/Viena). Professora pesquisadora do curso de Jornalismo da UFG.

⁴ Pós-doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do curso de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG.

p. 6). Em relação às Pessoas com Deficiência (PcD), alguns marcos legais demonstram empenho na promoção de Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I), como: regulamentação de leis voltadas ao atendimento prioritário e promoção da acessibilidade (Brasil, 2004); promulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos das PcD (Brasil, 2009); Lei Brasileira de Inclusão das PcD ou Estatuto das PcD (Brasil, 2015); Política Nacional da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e outros mecanismos direcionados a este público (Brasil, 2012, 2019, 2020).

Apesar das boas intenções no âmbito legal, a taxa de analfabetismo alcança 19,5% dos 18,6 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência e idade superior a dois anos, contra 4,1% das pessoas sem deficiência. A taxa de participação no trabalho de PcD é de 29,2%, distante da taxa de 66,4% de pessoas sem deficiência. Mesmo entre aqueles com nível superior completo, a taxa de participação no trabalho de PcD é de 54,7% e de 84,2% para pessoas sem deficiência. Além disso, o rendimento médio real é 30% menor para PcD. Apenas 15% dos jovens entre 18 e 24 anos das PcD cursam nível superior. Estes são alguns dados obtidos pelo Programa Nacional de Amostras em Domicílio (PNAD Contínua) de 2022 (IBGE, 2023).

A Convenção Internacional sobre os Direitos das PcD, em seu Art. 1º, define:

[...] as Pessoas com Deficiência como aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Brasil, 2007, p. 16)

A deficiência visual é classificada em quatro grupos: 1. cegueira, para acuidade visual igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; 2. baixa visão, acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; 3. os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos é igual ou menor que 60º; 4. ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (Brasil, 1999). Mais recente, a “visão monocular”, que ocorre quando a pessoa tem visão igual ou inferior a 20% em um dos olhos, passou a integrar a classificação como deficiência visual ou deficiência sensorial do tipo visual (Brasil, 2021).

Há variados conceitos para o Transtorno do Espectro Autista (TEA), em comum está a sua tipificação como um transtorno do neurodesenvolvimento, havendo diferenças em três áreas-chave: interação social; comunicação verbal e não-verbal; e presença de comportamentos restritos e repetitivos, incluindo estereotípias, fixação a

rotinas, objetos, interesses. Adicionalmente, 70% das pessoas autistas apresentam comorbidades psíquicas, psiquiátricas e/ou do neurodesenvolvimento (Gomes, 2023).

Os termos “Pessoa com Deficiência”, “Pessoas com Deficiência” e seu acrônimo invariável “PcD” foram aprovados após amplo debate mundial pela Assembleia Geral da ONU, em 13 de dezembro de 2006, sendo ratificado no Brasil pelo Decreto 186/2008 e promulgado pelo Decreto 6.949/2009 (TJDFT, 2022a). As alterações terminológicas têm relação estreita com construtos como identidade pessoal, direitos humanos, valores pessoais e sociais, bem como exercício de cidadania. Além disso,

[...] nas últimas décadas, a compreensão da deficiência evoluiu de um ponto de vista médico para uma concepção biopsicossocial. O modelo médico abordava o fenômeno biológico e individual, enxergando a deficiência como um conjunto de impedimentos ocasionados por lesões ou alterações nas estruturas e funções corporais. A partir dos anos 2000, surge uma nova perspectiva conhecida como modelo social da deficiência [...], que passa a ser atribuída à desvantagem social sofrida pelas pessoas em decorrência de barreiras ambientais. (TJDFT, 2022b)

Nessa perspectiva, a Educação Inclusiva faz-se necessária para permitir “o máximo desenvolvimento possível da personalidade, dos talentos e da criatividade das PcD, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais”; que estas obtenham “adaptações razoáveis [...] e medidas de apoio individualizadas e efetivas [...] em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena”, conforme declarado no Art. 24 – Educação, itens 1 e 2, da Convenção Internacional sobre os Direitos das PcD (Brasil, 2007, p. 28-29).

A presença de pessoas com deficiência nos ambientes educacionais constitui desafio para alunos, professores e gestores, visto que as políticas de inclusão não são acompanhadas do devido preparo do corpo docente. Também faltam meios e instrumentos pedagógicos adequados que permitam o pleno desenvolvimento cognitivo e social dessas pessoas. Assim, esta experiência reveste-se de grande importância, pois há poucas iniciativas relatadas e discutidas no meio acadêmico, apesar dos abundantes discursos sobre a inclusão.

A partir deste contexto é que tratamos aqui da inclusão de três alunos declarados como PcD, sendo dois com deficiência visual (cego e baixa visão) e uma com deficiência do neurodesenvolvimento (Transtorno do Espectro Autista – TEA), no ensino da disciplina Fotojornalismo, vinculada a um projeto de extensão, no curso de graduação em Jornalismo na Universidade Federal de Goiás (UFG), situação que exigiu

adaptações para garantir uma experiência educacional efetiva.

Este artigo tem como objetivo descrever as estratégias pedagógicas implementadas para atender às necessidades individuais destes alunos, considerando a ausência de suporte tecnológico e de capacitação no ambiente educacional, bem como a pouca experiência dos professores à frente da disciplina em metodologias adaptadas, assistivas e inclusivas para resolver dificuldades disfuncionais dos alunos com deficiências, sejam elas declaradas ou não, e assim, promover condições de acesso, participação, aprendizagem e aplicação dos conhecimentos adquiridos.

Em termos metodológicos, a etapa inicial deu-se com o Planejamento Pedagógico no curso de Jornalismo, com a aprovação dos Planos de Ensino das disciplinas, incluindo a de Fotojornalismo, sendo esta obrigatória, com carga horária total de 64h ou equivalente a um semestre letivo, realizada entre abril e agosto de 2023 ou primeiro semestre de 2023. Para a avaliação da disciplina, aplicou-se o Método de Pereira (2013), que possui sete etapas, do delineamento, passando por intervenções até aspectos éticos, todas descritas mais detalhadamente no próximo capítulo.

A justificativa está na necessidade de apresentar, refletir e desenvolver conceitos, metodologias, métodos e práticas que estejam alinhadas às necessidades específicas de deficientes visuais ou autistas no ambiente acadêmico. Adicionalmente, ampliar o debate para outros tipos de deficiências, transtornos e/ou comorbidades associadas, que podem ou não estarem enquadradas legalmente como deficiências, mas que impactam nas relações de ensino e aprendizagem.

Busca-se contribuir para o desenvolvimento de competências técnicas, práticas e sociais entre os atores envolvidos (comunidade acadêmica e externa), bem como promover o acesso, a permanência e o desenvolvimento contínuo de PcD, tanto na área acadêmica quanto no mercado de trabalho. E desenvolver práticas que estejam alinhadas aos preceitos de Educação Inclusiva, Direitos Humanos e Cidadania.

2. METODOLOGIA

Os aspectos metodológicos seguem o método de Pereira(2013), que contempla a descrição dos seguintes elementos: a) delineamento; b) cenário; c) amostra; d) coleta de dados; e) intervenção; f) método; g) aspectos éticos.

Em relação ao delineamento, relatamos que houve a etapa de Planejamento Pedagógico, anterior à disponibilização de aulas em si, em que foram aprovados os

Planos de Ensino em reunião do corpo diretivo e docente da instituição de ensino. Daí foram definidas as disciplinas a serem ofertadas dentro dos cursos de graduação, seus respectivos dias e horários, número de vagas, pré-requisitos, bem como a realização de cadastro no sistema educacional, incluindo inscrições e efetivação de matrículas.

A disciplina Fotojornalismo foi ofertada em duas turmas nomeadas como “Turma A” e “Turma B”, ambas ofertadas no período matutino, das 8h00 às 11h40, no primeiro semestre de 2023, com duração entre os meses de abril e agosto, perfazendo um total de 64 horas totais, divididas em 16 encontros presenciais.

O Plano de Ensino disponibilizado contemplava capacitação em pesquisa científica por funcionários da Biblioteca Central, aulas teóricas e práticas, atividade individual com apresentação semanal de perfis de fotojornalistas, atividade em grupos com apresentação de seminários, produção laboratorial orientada e produção fotográfica em formato de exposição. A disciplina Fotojornalismo foi conduzida de forma interdisciplinar, em parceria com o Laboratório do Núcleo de Pesquisa em Teoria da Imagem (NPTI), ou seja, estava vinculada a um projeto de extensão.

As avaliações deram-se em duas etapas, chamadas de N1 e N2, cada uma valendo 10 pontos, sendo a avaliação final obtida pela média aritmética entre elas. A N1 foi composta pelo somatório de atividade individual (4 pontos) e atividade em grupo (6 pontos). Já a N2 estava centrada na produção laboratorial com a realização de exposição fotográfica. A temática foi a Agenda 2030 da ONU, já que o projeto de extensão vinculado atua nas interfaces entre Comunicação e Sustentabilidade.

A disciplina foi cursada por 50 alunos do curso de graduação em Jornalismo, divididos em duas turmas de 25 alunos cada, dos sexos masculino e feminino, com idade média de 20 anos, oriundos tanto de escolas públicas quanto privadas, sendo três deles autodeclarados Pessoas com Deficiência (PcD), diagnosticados com deficiência visual (cegueira e baixa visão) ou deficiência do neurodesenvolvimento (autismo). As intervenções nas atividades tiveram foco acadêmico e mercadológico.

O eixo da experiência foi baseado na questão norteadora: “Como transformar as aulas de Fotojornalismo nos ambientes mais inclusivos, agradáveis e participativos possíveis?”. Os recursos disponíveis não eram os ideais e foram sendo adaptados paulatinamente, alterando Plano de Ensino, materiais didáticos, aulas práticas de laboratório, exposição fotográfica. Os alunos com deficiência eram constantemente questionados sobre as adaptações, seus efeitos e a assertividade na prática.

A coleta das informações foi realizada por meio de consultas particulares e em grupo a respeito das adaptações a serem realizadas, com acordos celebrados para que todos fossem incluídos, tendo em mente inclusive aqueles alunos que porventura tivessem alguma outra deficiência, transtorno, dificuldade de aprendizagem ou socialização, mas que não estivessem confortáveis para falar abertamente a respeito.

Algumas dificuldades frequentes no ambiente acadêmico estão associadas aos sintomas ligados a diagnósticos como TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade), TPS (Transtorno do Processamento Sensorial), TPAC (Transtorno do Processamento Auditivo Central), Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG), Transtorno Afetivo Bipolar (TAB), Dislexia, Disgrafia, Discalculia, Depressão, transtornos do sono e/ou alimentares, deficiências em geral (visual, auditiva, intelectual, múltipla, psicossocial ou por saúde mental), dentre outros.

Quanto às intervenções, os alunos poderiam conversar de forma privada, enviar e-mail ou áudio no *whatsapp*, deixar recado anônimo sobre a mesa, até mesmo pedir para que um colega relatasse suas demandas (também de forma anônima) para que suas necessidades individuais fossem ouvidas e contempladas, na medida do possível. A intenção era criar um ambiente seguro, confortável, inclusivo e participativo.

Os aspectos éticos tiveram o seu espaço nas intervenções, deixando bem claro que todos os acordos, adaptações e outros elementos seriam conversados, decididos e aplicados somente nos espaços utilizados para as aulas, independente se fosse este um espaço físico fechado ou aberto; que qualquer ação, por menor que fosse, deveria ter o consentimento explícito das pessoas e instituições envolvidas, se fosse o caso; que teríamos uma postura de respeito, abertura, escuta e empatia pelo outro.

3. DESENVOLVIMENTO

As estratégias pedagógicas implementadas demonstraram um compromisso com a inclusão e a acessibilidade no ensino de Fotojornalismo para PcD, mais especificamente, para deficientes visuais ou autistas. Conceitualmente,

[...] o fotojornalismo é uma actividade [sic] singular que usa a fotografia como um veículo de observação, de informação, de análise e de opinião sobre a vida humana e as consequências que ela traz ao Planeta. A fotografia jornalística mostra, revela, expõe, denuncia, opina. Dá informação e ajuda a credibilizar a informação textual. Pode ser usada em vários suportes, desde os jornais e revistas, às exposições e aos boletins de imprensa. O domínio das linguagens, técnicas e equipamentos fotojornalísticos é, assim, uma mais-valia para

qualquer profissional da comunicação. (Sousa, 2002, p. 5)

Atividades foram integradas possibilitando criar um ambiente educacional mais inclusivo, confortável e enriquecedor para todos os alunos. O contato ocorreu constantemente, de forma privada e coletiva, no sentido de compreender as necessidades, buscar soluções efetivas e estabelecer acordos mútuos com os alunos. Tais estratégias facilitaram o acesso ao conteúdo, promoveram conversas francas e a diversidade de perspectivas. Seguem, de forma mais detalhada, as principais Estratégias Pedagógicas implementadas na disciplina de Fotojornalismo:

- a) Descrição colaborativa de imagens – a metodologia das aulas passou a incluir a audiodescrição feita por todos os integrantes da turma e pelos docentes das imagens exibidas, com as falas ocorrendo de forma mais lenta e com o máximo de detalhes possíveis das imagens como contexto, datas, por quem foi fotografado(a), formato, se em cores ou preto e branco (p&b), intenção, possíveis edições, publicações e/ou prêmios, garantindo mais participação, compreensão do conteúdo visual e inclusão das PcD, que sentiram-se à vontade inclusive para ensinar sobre o uso de aplicativos de suporte para as aulas. Os próprios colegas lembravam uns aos outros sobre a importância do detalhamento das imagens;
- b) Materiais textuais adaptados – todos os materiais desenvolvidos contendo textos deveriam ser redigidos e nunca digitalizados, porque a digitalização não permite o escaneamento pelos aplicativos com sintetizadores de voz utilizados pelos deficientes visuais para leituras. Além disso, estes e quaisquer outros tipos de materiais deveriam ser enviados com antecedência mínima de 48h para a turma, o que permitiria aos alunos com deficiência visual e aos autistas estudarem antecipadamente, diminuindo a ansiedade ou estresse e melhorando potencialmente o aprendizado;
- c) Atividade de “fotografia às cegas” – os alunos realizaram atividades em pares, sendo um deles vendado e conduzido pelo outro, que por sua vez, fazia a descrição minuciosa do ambiente para que a fotografia fosse realizada. Foi sugerida que a descrição contemplasse aspectos físicos e sensoriais como a varredura visual do cenário, a percepção tátil, o estímulo olfativo e o uso

- apurado da audição no local. Tal experiência permitiu que os alunos explorassem a fotografia de forma prática e sensorial, também aumentando seu repertório social ao colocar-se no lugar de outros colegas com algum tipo de deficiência e, a partir daí, compreender melhor suas necessidades e seu lugar no mundo. Além disso, autistas em geral são mais visuais, portanto, provavelmente estariam mais confortáveis e seguros com este tipo de atividade;
- d) Utilização de dispositivos sonoros nas atividades práticas – nas aulas de *panning* (técnica fotográfica para captação de imagens em movimento), por exemplo, as câmeras foram pré-configuradas pelos docentes e os objetos dos estudantes com deficiência visual portavam um dispositivo sonoro, como um celular com música, alarme ou outro ruído como “bater palmas” para sinalizar a localização do objeto, permitindo, assim, efetuar o disparo fotográfico de maneira rápida e eficaz. Outra técnica foi explorar a audição para perceber a “passagem” de pessoas e objetos no ambiente local, permitindo a captação de movimento pela máquina fotográfica pré-configurada, similar ao procedimento adotado pelos “fotógrafos do cotidiano”, que captam imagens aleatórias andando pelas ruas;
- e) Exibição de filmes relevantes – o filme "Janela da Alma", que trata da relação de fotógrafos e artistas com a visão, foi exibido em sala de aula. Ele inclui uma breve história do fotógrafo cego Evgene Bavcar, fornecendo contribuições valiosas sobre a experiência de fotografar sem visão (A Janela, 2001). Partes da série “Atypical” também foi exibida, explorando as diferenças entre os níveis de suporte do autismo. Sugeriu-se que os alunos continuassem a buscar mais informações a respeito dos variados aspectos de pessoas com deficiência ou, de forma mais abrangente e adequada, às pessoas neurodiversas. Tal estratégia contribui para a promoção de uma cultura de paz, inclusão e cidadania plena;
- f) Criação de um “diário de emoções” – independentemente de sua condição como pessoa com deficiência (atípicas) ou sem deficiência (típicas), os alunos foram estimulados a fotografar cenas do dia a dia em que sentissem algum tipo de emoção, fosse ela positiva ou negativa, explorando as relações de afetos com pessoas, objetos, lugares, interesses, consigo mesmos. Tal atividade surpreendeu com a apresentação de fotos como um prato de macar-

ronada, um tênis jogado no chão do quarto, panorâmicas em p&b de lugares vazios, abraços captados às escondidas nos corredores e pátios da universidade, cenas borradas de macacos, dentre outras, fazendo-os perceber e explorar os sentidos mais profundos das imagens (e da própria vida).

Somente mais tarde descobriu-se adaptações similares realizadas em outros contextos educacionais, como a proposta do professor Eduardo Gomes, da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), na mesma área de Fotojornalismo, que adaptou equipamentos para que alunos cegos pudessem fotografar. A princípio pensou em colocar braile nos equipamentos, mas os alunos desconheciam este sistema tátil; então, fitas emborrachadas e adesivas foram aplicadas em alto relevo nas principais funções das câmeras, para que aprendessem e utilizassem nas aulas. Ele descreve:

Fiz um gabarito com as funções básicas que precisavam mexer e depois eles me devolveram, porque memorizaram as funções. O papel deles foi de enquadrar, escolher a cena e bater a foto. Sempre saíamos juntos, eu explicava o contexto, mas eram eles que escolhiam o que registrar [...] foi um desafio e depois uma imensa alegria. Precisou de uma atenção extra minha e deles, mas foi uma lição de vida e aprendi muito. Embora eles não tivessem enxergando, fizeram, por meio de suas fotos, com que outras pessoas conheçam algo que é muito importante para eles, os cães-guia. (Prática [...], 2018)

Uma experiência igualmente interessante é relatada pela professora Janaina Gomes, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), também na área de Fotojornalismo, que, a partir da experiência em ajudar uma aluna com deficiência visual no ano 2012, acabou desenvolvendo um método para ensinar pessoas cegas a fotografar. A professora contou com o apoio do professor Francisco de Lima da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e do jornalista Teco Barbeiro, que já lecionava para cegos desde 2010 (Professora [...], 2017).

No início adotaram-se as estratégias de audiodescrição, bem como o uso de materiais como PVC e MDF para “fazer enquadramentos, calcular a distância entre objetos e pessoas, o tamanho dos objetos, os planos e a simular o processo de alinhamento da câmera” (Professora [...], 2017). Seu projeto foi levado para organizações como a Associação Pernambucana de cegos (APEC) e a Associação Caruarense de Cegos (ACACE). Ela ressalta um aspecto emocional no processo:

Não é coisa de outro mundo fotografar. Empodera, as pessoas ficam muito emocionadas, as que perderam a visão. Os familiares começaram a acreditar mais nelas também, porque todo mundo acha que não pode fotografar. Então, a fotografia acaba sendo uma conquista simbólica. (Professora [...], 2017)

Outra iniciativa que merece destaque é o projeto “Alfabetização Visual”, promovido pelo professor João Kulcsár, desde 2008, que tem o objetivo de capacitar alunos do curso de Bacharelado em Fotografia do SENAC-SP para atuar em projetos sociais, conhecendo, assim, diferentes realidades e olhares. Porém, educadores e docentes também participaram das aulas no intuito de aprenderem a trabalhar com deficientes visuais, desde a mobilidade até a leitura da imagem, no Museu do Diálogo (Campinas-SP), na Pinacoteca do Estado de SP e no Espaço Braille da Biblioteca do próprio SENAC-SP. Atualmente as aulas ocorrem em frequência semanal no Centro Universitário Senac, em Santo Amaro, zona sul de São Paulo, com saídas fotográficas em variados espaços como o Mercado Municipal e o Centro Histórico. Trata-se de:

Um projeto de fotografia participativa com jovens e adultos portadores de deficiência visual, onde os alunos aprendem a usar a fotografia como meio de expressão criativa e inclusão social, comunicando suas percepções sobre o mundo e despertando consciência no público vidente sobre a realidade da comunidade cega. (Percepções [...], [2024])

Por fim, não há como falar em Fotojornalismo, especialmente o esportivo, sem mencionar a trajetória de João Maia, fotógrafo brasileiro, deficiente visual, que cobriu as parolimpíadas de 2016 e de 2020. Na sua página pessoal “Fotografia Cega”, ele faz a sua auto e audiodescrição, incluindo legendas visíveis para leitura na tela:

As parolimpíadas do Rio em 2016 foi um divisor de águas na minha vida. Ali o mundo pôde descobrir que um fotógrafo, deficiente visual, pode fotografar. Eu sou João Maia, eu sou fotógrafo, deficiente visual, idealizador e fundador do Fotografia Cega. Sou um homem preto, tenho cabelos crespos, ondulados na cor preta, rosto redondo, olhos amendoados, castanhos claros, nariz médio, lábios grossos e um sorriso largo. Estou trajando uma camiseta polo na cor laranja. O fone e o microfone é [sic] branco e o segundo plano é uma parede azul. Eu sou o único fotógrafo cego no mundo a cobrir duas parolimpíadas. (Na Mídia [...], [2024], 0’00” 7’15”)

João Maia é uma inspiração para uma geração de fotógrafos. Ele comenta sobre o capacitismo e a ideia equivocada de que PcD não possuem potencialidades. A respeito de fotografia de pessoas, acrescenta: “quando vou fazer retratos, eu procuro sempre conversar com a pessoa, saber a história dessa pessoa, porque aí, cara, as fotos sempre terão uma carga emocional diferente” (Fotografia [...], [2024], 4’17” a 4’28”).

FOTOGRAFIA 1 – “Judô”, clicada por João Maia nas Paralimpíadas Rio 2016



Fonte: Portólio [...] ([2024]).

FOTOGRAFIA 2 – “Goalball”, clicada por João Maia nas Paralimpíadas Tóquio 2020



Fonte: Portólio [...] ([2024]).

Apesar de necessário, não foram encontrados relatos de experiências ou artigos de ensino adaptado a pessoas autistas especificamente. O mais próximo disso que encontramos foi a reportagem sobre a “Galera do Click”, projeto formado por jovens fotógrafos com Síndrome de Down, idealizado pela fotógrafa Sandra Reis, que ensina a parte teórica e prática da Fotografia. Nas palavras da idealizadora:

Acho que eles têm uma sensibilidade muito aguçada. Tudo deles é exacerbado. Eles enxergam coisas que a gente, de repente, não consegue ver. É um outro prisma [...] os alunos dizem que se sentem ‘poderosos com uma câmera na mão’ e que há um desejo de trabalhar profissionalmente na área [...] quero é que amanhã as pessoas contratem os meninos para fotografar uma festa de aniversário, um evento corporativo. A intenção é essa e isso é inclusão: é você acreditar que eles são capazes. Acreditar que você pode contratar um fotógrafo com deficiência intelectual. (Galera [...], 2021)

FOTOGRAFIA 3 – “Galera do Click”, jovens fotógrafos com Síndrome de Down



Fonte: Galera [...] (2021).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão norteadora da experiência no ensino de Fotojornalismo, de forma inclusiva, no curso de Jornalismo, da Universidade Federal de Goiás, foi: “Como transformar as aulas de Fotojornalismo nos ambientes mais inclusivos, agradáveis e participativos possíveis?”. Para tanto, o objetivo deste artigo foi descrever as estratégias pedagógicas implementadas para atender às necessidades individuais de alunos com deficiência visual ou autismo, tendo sido alcançado.

Os resultados foram animadoras, tanto do ponto de vista técnico quanto prático

e social. Conseguimos realizar um projeto de fato coletivo, colaborativo e inclusivo, possivelmente devido à empatia com que todos abraçaram a causa, a abertura para aprender e a busca por soluções efetivas diante dos desafios, que até então eram novidade para nós enquanto professores de Fotojornalismo. Foram notórios o nível de engajamento dos alunos e aqueles com deficiência relataram interesse em seguir carreira e/ou atuar em projetos envolvendo Fotojornalismo, o que representa uma grande conquista, já que PcD estão menos presentes no mercado de trabalho.

Refizemos o plano de ensino; adaptamos os materiais didáticos e o formato das apresentações orais; adicionamos o uso de dispositivos sonoros, audiovisuais e tecnológicos como suporte para atividades dentro e fora de sala de aula; invertemos os papéis para que todos pudessem aprender um com o outro; estabelecemos acordos, baseados em ambiente seguro, comunicação não-violenta (CNV) e melhoria contínua; exercemos escuta profunda; estimulamos ideias para a aprendizagem adaptada; e conduzimos pela ética.

As estratégias implementadas servem de subsídio para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão vinculadas aos preceitos da Educação Inclusiva; que, em outras palavras, alinha-se também aos preceitos dos Direitos Humanos, da Participação Democrática, da Sustentabilidade e da Cidadania plena. Serve para outros professores, pesquisadores, alunos, técnicos administrativos, comunidade externa, com vistas a melhorias e novas aplicações.

Entretanto, alguns pontos merecem atenção. A estrutura física do local não contemplava recursos facilitadores para deficientes visuais ou autistas, especificamente. Os recursos para deficientes visuais poderiam contemplar piso tátil, identificação das salas de aula em braile, tomadas posicionadas em alturas diferenciadas, recursos eletrônicos como lupas portáteis ou recursos tecnológicos como aplicativos que possibilitassem ampliação e impressão de materiais em braile ou uso de telas que permitissem a escrita (uso de conversores de voz em texto) e leitura (uso de sintetizadores de voz e interação com o dispositivo).

Por outro lado, após o encerramento da disciplina, os professores foram informados sobre a existência de uma sala de apoio com biblioteca braile na instituição de ensino, em ambiente externo ao local de aulas, mas dentro do campus universitário. Tal sala possui equipamento para impressão em braile e realiza esporadicamente oficinas de leitura e escrita em braile. Até então, nenhuma informação a respeito havia

sido divulgada, trazendo o alerta para a necessidade de ampla divulgação de locais, dispositivos, equipamentos, capacitações, dentre outros elementos, que contribuam para a inclusão de pessoas com deficiência ou pessoas neurodivergentes, tanto em mídias físicas e digitais, como murais e mídias sociais, quanto em eventos acadêmicos.

Já os recursos para autistas, também inexistentes no local de aulas, poderiam incluir a disponibilização de abafadores de ruídos, controle manual de intensidade de iluminação na sala de aula, aplicativos de Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) – recurso especialmente importante para autistas não-verbais; tecnologias assistidas com funções variadas, incluindo materiais didáticos e avaliações adaptadas; objetos sensoriais voltados para autorregulação, diminuição de ansiedade e outras sensações adversas; e mesmo espaços sensoriais para decompressão e relaxamento.

São esses problemas de infraestrutura que consideramos limitações a serem consideradas. Outras referem-se ao fato de que as estratégias pedagógicas implementadas atenderam a situações muito específicas como: ambiente de ensino superior; direcionamento exclusivo a pessoas com deficiência visual e autistas; quantidade pequena de PcD (3) em relação à totalidade de alunos (50). A falta de um instrumento de medida psicológico padronizado e validado para aplicar em sala de aula, como uma pesquisa de percepção ou satisfação, também inviabilizou avaliar de forma mais consistente os efeitos antes, durante e após as intervenções.

Sugere-se a superação destas limitações em estudos e experiências futuras, incluindo o desenvolvimento de um instrumento de medida psicológico voltado especificamente para avaliação de Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I) em ambiente acadêmico. Importante ressaltar a necessidade das instituições de ensino adequarem-se às necessidades de PcD em geral, fornecendo recursos tecnológicos, capacitação e estimulando a pesquisa e o desenvolvimento (P&D) de produtos, processos e serviços que auxiliem nas adaptações de toda a comunidade acadêmica, servindo inclusive de exemplo para outros espaços públicos e privados.

Por outro lado, percebemos como potencialidades a riqueza obtida nas relações de ensino e aprendizagem, o uso de metodologias ativas na prática, a formação de um ambiente seguro, confortável e inclusivo para todos, o desenvolvimento do senso de autonomia e identidade, que refletem na autoestima e autoconfiança dos envolvidos. E ainda as relações baseadas em respeito, empatia, afeto, conversas francas e busca conjunta de soluções para os desafios cotidianos, a promoção de cultura de paz, a

importância de reconhecer, incluir e estimular as habilidades e competências de PcD.

Além de atender às necessidades dos estudantes com deficiência visual ou autismo, as atividades aqui adaptadas no ensino de Fotojornalismo também ofereceram contribuições significativas para a porção da turma composta por alunos videntes. Ao participarem de atividades como a descrição colaborativa de imagens e a fotografia às cegas, eles detiveram-se por mais tempo e com mais dedicação às imagens, favorecendo a análise semiótica de cada fotografia exibida.

Os alunos videntes foram desafiados a explorar e estimular outros sentidos, como a audição, o olfato e o tato, ampliando sua percepção sensorial e desenvolvendo uma compreensão mais profunda do processo fotográfico. Outro ponto é que, ao refletirem sobre o processo da imagem antes de apertar o obturador da câmera, os alunos são incentivados a considerar não apenas o aspecto visual, mas também o contexto e o significado por trás de cada imagem capturada, promovendo uma abordagem mais reflexiva e crítica à prática do Fotojornalismo.

Ressaltamos a riqueza da troca entre pessoas com e sem deficiência como prática efetiva da cidadania em sociedade, sob a perspectiva da Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I). Torcemos para que práticas como esta sejam cada vez mais comuns e estimuladas no dia a dia, em todos os ambientes. Que todas as pessoas sintam-se bem sendo quem são, alcançando assim o sentido mais amplo do pertencimento.

Concluimos este artigo com a célebre frase do renomado e inspirador fotojornalista Henri Cartier-Bresson “Eu fotografo colocando na mesma linha minha cabeça, meus sentidos e principalmente meu coração”. Que o momento infinitesimal do ato fotográfico, o instante decisivo, continue capturando imagens e emoções, contribuindo assim para uma revolução humana pessoal e social.

REFERÊNCIAS

A JANELA da alma. Direção e Roteiro João Jardim e Walter Carvalho. Documentário. 1 vídeo (1h12min44s). Rio de Janeiro: LC Barreto Produções Cinematográficas, 2001. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_I9l7upGoDI&ab_channel=RafaelCris%C3%B3stomo. Acesso em: 17 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 3 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 2 mar. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 2 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 4 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.861, de 18 de julho de 2019.** Altera a Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, para incluir as especificidades inerentes ao Transtorno do Espectro Autista nos censos demográficos. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: 21 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13861.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020.** Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13977.htm#art2. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021.** Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual. Brasília: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14126.htm. Acesso em: 7 mar. 2024.

BRASIL. Secretaria Especial Dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE. **Convenção sobre direitos das pessoas com deficiência comentada.** Brasília: CORDE, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 9 mar. 2024.

GALERA do click: conheça o projeto que usa a fotografia para empoderar jovens com Down. **Sputnik Brasil**, [Rio de Janeiro], 20 nov. 2021. Disponível em: <https://sputniknewsbr.com.br/20170508/projeto-galera-do-click-entrevista-8341192.html>. Acesso em: 11 mar. 2024.

GOMES, Mariana. **1º curso introdutório em ABA para pais e cuidadores**. Goiânia, 8 jul. 2023. 1 slide. Slide apresentado em palestra presencial no Espaço Bem-Te-Vi da Unimed-Goiânia-Goiás.

NA MÍDIA. **Fotografia cega**, [s. l., 2024]. Disponível em: <https://fotografiacega.com.br/na-midia/>. Acesso em: 17 mar. 2024.

PERCEPÇÕES do visível: fotografias feitas por deficientes visuais. **Alfabetização visual**, [s. l., 2024]. Disponível em: <https://www.alfabetizacaoovisual.com.br/foto-e-deficiencia-visual/percep%C3%A7%C3%A3o-do-vis%C3%ADvel->. Acesso em: 12 mar. 2024.

PORTFÓLIO. **Fotografia cega**, [s. l., 2024]. Disponível em: <https://fotografiacega.com.br/portfolio/>. Acesso em: 17 mar. 2024.

PEREIRA, Mauricio Gomes. A seção de método de um artigo científico. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 22, n. 1, 2013. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742013000100020. Acesso em: 17 mar. 2024.

PRÁTICA inclusiva de ensino de fotojornalismo resulta em mostra de autoria de alunos cegos. **Univali**, Itajaí, 20 ago. 2018. Disponível em: <https://www.univali.br/noticias/Paginas/pratica-inclusiva-de-ensino-de-fotojornalismo-resulta-em-mostra-de-autoria-de-alunos-cegos.aspx>. Acesso em: 8 mar. 2024.

PROFESSORA cria método para ensinar cegos a fotografar. **Sputnik Brasil**, [Rio de Janeiro], 20 nov. 2021. Disponível em: <https://sputniknewsbr.com.br/20170803/aulas-fotografia-cegos-9014850.html>. Acesso em: 9 mar. 2024.

SOUSA, Jorge Pedro. **Fotojornalismo**: uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa. Porto: 2002. Disponível em: <https://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-fotojornalismo.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

TJDFT. **Como se referir a pessoas que possuem deficiência?** Brasília: TJDF, 2022a. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-inclusao/como-se-referir-a-pessoas-que-possuem-deficiencia>. Acesso em: 15 mar. 2024.

TJDFT. **Qual é a definição de pessoa com deficiência?** Brasília: TJDF, 2022b. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-inclusao/qual-e-a-definicao-de-pessoa-com-deficiencia>. Acesso em: 15 mar. 2024.